

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
e Educação Básica

Caroline Cunha Faria

**UMA ABORDAGEM TEÓRICA E DIDÁTICA DO
CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS PARA
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:**

Uma proposta sociológica a partir do Movimentos dos
Atingidos por Barragens (MAB)

Rio de Janeiro
2021



Caroline Cunha Faria

**UMA ABORDAGEM TEÓRICA E DIDÁTICA DO CONCEITO DE
MOVIMENTOS SOCIAIS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:**

Uma proposta sociológica a partir do Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Orientador (a) Professor (a) Dra. Janecleide Moura de Aguiar.

Rio de Janeiro

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F224 Faria, Carolina Cunha

Uma abordagem teórica e didática do conceito de movimentos sociais para professores da educação básica: uma proposta sociológica a partir do Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) / Caroline Cunha Faria. – Rio de Janeiro, 2021.

57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Janecleide Moura de Aguiar.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Sociologia - Estudo e ensino. 3. Democracia. 4. Movimentos Sociais. 5. Direito humanos. I. Aguiar, Janecleide Moura de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 300

Caroline Cunha Faria

**UMA ABORDAGEM TEÓRICA E DIDÁTICA DO CONCEITO DE MOVIMENTOS
SOCIAIS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:**

Uma proposta sociológica a partir do Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____/____/____.

Prof^a Dra^a Janecleide Moura de Aguiar (Orientadora)
Colégio Pedro II

Prof^a Mestre Silzane de Almeida Carneiro
Colégio Pedro II

Prof Mestre Alex Sandro Barcelos Côrtes
Colégio Pedro II

Às mulheres que vieram antes de mim.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Claudia, minha estrela guia e fonte de toda força e amor.

Às minhas irmãs, Paloma e Maria Eduarda, por serem constante inspiração e porto seguro.

À minha orientadora, Janeclide Aguiar, por todos os ensinamentos, paciência e incentivo.

À minha amiga, tia, madrinha, cúmplice, Lucília Aguiar, por ser parte fundamental da minha construção como educadora e por todo apoio sempre.

Aos movimentos do Campo Popular, em especial à Consulta Popular e ao Levante Popular da Juventude, movimentos no quais dedico minhas energias para amar e mudar as coisas junto às companheiras e companheiros, a quem também agradeço por compartilhar sonho e luta.

Ao Felipe Augusto pelo companheirismo, amor e cuidado cotidiano.

A ordem é ninguém passar fome

Progresso é o povo feliz

(Zé Pinto)

RESUMO

FARIA, Caroline Cunha. **UMA ABORDAGEM TEÓRICA E DIDÁTICA DO CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Uma proposta sociológica a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho buscou construir uma proposta de estudo acerca do conceito de movimentos sociais voltada para docentes da Educação Básica desenvolverem materiais e atividades com seus estudantes, combinando aspectos do campo acadêmico com elementos relacionados com a história da disciplina de Sociologia. Como proposta prática foi sugerida uma sequência didática para trabalhar o tema dos movimentos sociais e populares em sala de aula, utilizando como exemplo o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Assim, partindo do contexto de redemocratização do país, coube registrar o processo de articulação da sociedade civil e a criação de movimentos sociais e populares como sujeitos políticos estratégicos na construção e consolidação do Estado Democrático de Direito no período pós ditadura militar. Por fim, a temática dos movimentos sociais, instituída dentro de um olhar sociológico, representa um instrumento potente para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, de fortalecimento das lutas sociais e consequente da democracia no Brasil.

Palavras-chave: Democracia. Sociologia. Movimentos Sociais. Direitos Humanos.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos..... | 15 |
| Tabela 2 – Temáticas abordadas no paradigma latino-americano na década de 1980.... | 20 |
| Tabela 3 – Principais Elementos para estudo dos movimentos sociais de acordo com a realidade latino-americana..... | 21 |
| Tabela 4 – Marcos Fundamentais do Movimento dos Atingidos por Barragem..... | 26 |
| Tabela 5 – A sociologia no currículo escolar e acadêmico brasileiro em períodos de reformas educacionais..... | 35 |
| Tabela 6 – A temática dos Movimentos Sociais nos livros didáticos de Sociologia: uma perspectiva comparativa..... | 45 |
| Tabela 7 – Análise dos Movimentos Sociais em sequências didáticas da Educação Básica..... | 51 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 A RELAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E O CAMPO ACADÊMICO..... | 14 |
| 3 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)..... | 23 |
| 4 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO BRASILEIRO..... | 31 |
| 5 SOCIOLOGIA COMO COMPONENTE CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A ABORDAGEM DA TEMÁTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS..... | 35 |
| 5.1 Estrutura de sequência didática para trabalhar a temática dos movimentos sociais com os estudantes..... | 49 |
| 5.2. Plano de Aula..... | 52 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 54 |
| REFERÊNCIAS..... | 56 |

1 INTRODUÇÃO

Em meados de 2010 eu trabalhava na Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (na época SEASDH) com o tema de memória, verdade, justiça e reparação às pessoas presas e torturadas pela ditadura militar. Interessada pelo tema já me chamava a atenção a atuação de um movimento social de juventude que estava se nacionalizando naquela época.

Passei então a militar neste movimento, o Levante Popular da Juventude e uma das tarefas em que estive inserida alguns anos depois foi a construção de um pré-vestibular comunitário. Assim, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e com um movimento local, o Moradores em Movimento do Cerro Corá, foi iniciado o Pré-vestibular Popular do Cerro Corá, onde pude ser educadora das aulas de sociologia por dois anos.

Para além da atuação em torno do objetivo de “pintar a universidade de povo” e fortalecer o acesso de jovens negros e pobres à universidade pública, o cursinho prezava pela defesa de uma educação pública de qualidade, uma educação popular para emancipação e liberdade.

Nas aulas de sociologia acreditamos que a construção do pensamento sociológico deve ser feita juntamente com os educandos. Evidenciando a reflexão de como os movimentos sociais podem contribuir para essa educação, que visa não só a entrada na universidade, mas o entendimento de que existem diversos tipos de saberes. E o conhecimento é um campo de disputa, no qual estamos inseridos.

No cenário atual de desmonte de políticas públicas, principalmente no âmbito da educação, é necessário documentar e construir as memórias sobre experiências de resistência em sala de aula, bem como da atuação dos movimentos sociais e seu papel de fortalecimento da democracia e da luta por direitos no Brasil.

Sendo assim, o presente trabalho pretende refletir sobre a inserção fundamentada da temática dos movimentos sociais no contexto da Educação Básica, especialmente nos currículos de Sociologia do Ensino Médio.

A hipótese fundamental que constitui a abordagem desenvolvida se ancora na proposição de que o desenvolvimento de atividades e debates em torno dessa temática

poderiam contribuir para descriminalizar a luta mais ampla dos movimentos sociais por direitos, no sentido do fortalecimento da democracia brasileira. Para tanto, o trabalho pretende apresentar uma "sequência didática", como uma contribuição para o campo de ensino em Sociologia, discutindo limites e possibilidades de trabalhar com essa temática em sala de aula.

Nesse sentido, a construção da sequência didática requer um embasamento adicional, além do material em geral oferecido aos docentes pelos livros didáticos. O estudo apresentado buscou ancorar a abordagem sobre diferentes dimensões dos movimentos sociais, especialmente acerca da/do:

- 1) relação entre o conceito e o campo acadêmico, destacando os principais referenciais teóricos;
- 2) contexto histórico e político brasileiro, caracterizando os principais sujeitos históricos;
- 3) Sociologia como componente curricular e sua relação com a abordagem dessa temática.

2 A RELAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E O CAMPO ACADÊMICO

Pensar sociologicamente, significa estabelecer um diálogo com o âmbito do senso comum e possibilitar algum tipo de reflexão acerca disso. Assim, a ideia relacionada com a palavra “movimento” costuma trazer uma sensação de mobilidade, contrária ao estático, ao imutável. De tal maneira, os movimentos sociais poderiam ser entendidos como organismos que buscam a alteração da sociedade, um conjunto de pessoas com um objetivo coletivo e uma pauta a ser defendida. No entanto, os meios de comunicação de massa veiculam uma imagem que acaba por produzir um efeito distinto e negativo. Com isso, sentimentos de ódio e medo se misturam na opinião pública, favorecendo a instauração de um Estado punitivista e persecutório ao criminalizar a luta por direitos.

Para Zuin (2018, p. 61): “A criminalização dos movimentos sociais torna-se uma arma manipulada por poderosos agentes da sociedade e do Estado, sobretudo através do uso da mídia”. Por isso, essa imagem construída pela mídia para descrever os movimentos sociais costuma estar associada ao “uso da violência”, como uma “organização terrorista” composta por “vândalos”.

Por sua vez, a Sociologia tem uma importante contribuição, principalmente nos inúmeros estudos sobre a formação de movimentos sociais e a história dos seus ascensos e descensos na América Latina e no mundo.

Visando transcender a abordagem veiculada pela mídia, o presente trabalho buscou dialogar com algumas abordagens teóricas no campo de estudos dos movimentos sociais que possam ser utilizadas no processo de construção de conhecimento, especialmente no contexto da escola de Educação Básica.

Cabe enfatizar que a história dos direitos sociais representa um percurso da luta travada por trás de sua conquista. Nenhum direito é concedido por um representante de forma a fazer um favor a população, os direitos são conquistados por meio de muita pressão popular e nunca sem repressão. Os movimentos sociais, que aqui nos referimos, estão inseridos na luta para a organização em torno de demandas populares por direitos. E, também, pela manutenção dos direitos já conquistados que, como podemos perceber diante do contexto atual, não estão fora de ameaça.

Ao longo do trabalho de pesquisa, apareceram em destaque os escritos de Maria da Glória Gohn. A autora ganhou o papel de principal referencial teórico no presente trabalho, até mesmo por sua reconhecida centralidade no campo dos movimentos sociais no país. Autora de uma série de publicações sobre a temática dos movimentos sociais no Brasil, Gohn faz uma análise não só da esfera nacional, mas um apanhado dos estudos latino-americano, europeu e norte americano. Fomentando reflexões sobre o uso do conceito nas diferentes matrizes teóricas, além de considerações sobre autores e categorias analíticas.

Para fins de evidenciar a complexidade do campo e, ao mesmo tempo, permitir a sistematização das informações discutidas pela autora em sua obra “Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos” (GOHN, 2011), cabe apresentar a seguinte tabela:

Tabela 1. Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos

| Paradigmas | | Escolas/Correntes de Pensamento | Autores | Caracterização dos movimentos sociais (categorias analíticas) |
|-----------------|-------------------|------------------------------------|---|--|
| NORTE-AMERICANO | Teorias Clássicas | Escola de Chicago/ Interacionistas | W. Thomas, R. Park, G. Mead, E. Hughes, H. Blumer, E. Goffman, K. Lang, R. Turner | Estudos Psicossociais para identificar as reações psicológicas às privações socioeconômicas (mudança social; reforma social, comunidade, criatividade, cooperação voluntária) |
| | | Interacionistas | H. Blumer | Aspectos individuais e psicológicos no estudo das carências sociais. Categorização em movimentos “genéricos, específicos e expressivos”. Importância de símbolos de identificação, das ideologias e táticas. |
| | | Sociedade de massas | E. Fromm, E. Hoffer, K. Kornhauser | Estudo do comportamento coletivo das massas relacionado com a anomia e com condições estruturais de |

| | | | | |
|--|------------------------|-------------------------------------|---|---|
| | | | | carências e privações. Formas irracionais de comportamento. |
| | | Abordagem sociopolítica | S.Lipset, R. Heberle | Articulação entre classes e relações sociais de produção no estudo comportamento político-partidário. Distinção entre movimentos sociais e políticos. Critérios: consciência grupal, solidariedade, identidade. |
| | | Funcionalismo | T. Parsons, R. Turner, L. Killian, N. Smelser | Comportamento dos indivíduos como fator para a mudança social. Sociedades desorganizadas em processo de mudança (anomia/disnomia, organização/desorganização, marginalidade) |
| | | Organizacionais-comportamentalistas | P. Selznick, J. Gusfield, S. Messinger | Tipologia de Gusfield: movimentos de classe, de status e expressivos. Destaque para os recursos comunitários. |
| | Teorias Contemporâneas | Mobilização de Recursos (MR) | M. Olson, N. Zald e J. McCarthy | Movimentos sociais como grupo de interesses, dentro da lógica da burocracia, mobilizando recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. Tipologia de Zald e McCarthy: movimentos de consenso e de conflito |
| | | Abordagem Histórica | C. Tilly | Conceito de oportunidade de interesses. Mudanças estruturais condicionando ações coletivas, enfatizando a solidariedade comunitária. Enfoque histórico sobre as ações coletivas, sendo as mudanças lastreadas pelo sistema político institucionalizado. |
| | Na era da globalização | Mobilização política | D. Snow, R. Benford, B. Klandermans, | Análise dos comportamentos coletivos dos grupos |

| | | | | |
|---------|--------------------------------|--|------------------------------------|--|
| | | | W. Gamson, S. Tarrow. | sociais, no contexto da sociedade civil. Fatores macroestruturais, destacando os recursos sociais da comunidade, o contexto político e a rede de relações sociais. Ciclos de protesto (Tarrow) |
| EUROPEU | Novos Movimentos Sociais (NMS) | Corrente Francesa (acionismo dos atores coletivos) | A. Touraine | Princípios: identidade, oposição e totalidade. Elementos constitutivos: ator social, seu adversário e o campo de disputa e conflito. O consumo em detrimento da produção. Análise centrada no desempenho dos atores sociais. |
| | | Corrente Italiana (identidade coletiva) | A. Melucci | Criou o conceito de NMS. Ação social em redes complexas. Identidade coletiva (interativa, compartilhada, processo de aprendizagem e de autonomia). Objetivos, estratégias, táticas e ideologia. |
| | | Corrente Alemã (abordagem neomarxista) | C. Offe | Análise do campo político e sociocultural; da ação coletiva no campo da política não institucional; abordagem macro e micro. |
| | Marxista | Análises contemporâneas neomarxistas | M. Castells, J. Borja, J. Lojkin | Movimentos sociais urbanos. Análise das práticas das estruturas. Análise da luta de classes. Interdependência entre a sociedade civil e o Estado. Movimento social como reformista, revolucionário ou reacionário. |
| | | Abordagens históricas contemporâneas neomarxistas | E. Hobsbawm, E. Thompson, G. Rudè, | Distinção entre movimentos revolucionários e reformistas. Experiência histórica e cultural das |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | <p> pessoas como práxis (a classe e a consciência se constroem na luta). A ideologia como instrumento de luta e mudança social. </p> |
|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaboração da autora de acordo com Gohn (2011).

No Brasil, o estudo teórico dos movimentos sociais foi por muito tempo protagonizado pelas teorias europeias e estadunidenses. E, de algum modo, essa hegemonia se reflete na forma como os livros didáticos apresentam a temática dos movimentos sociais. Uma análise feita no capítulo III, especificamente de três livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018-2020, revela essa tendência. E, ao mesmo tempo, aponta para uma exclusão da matriz latino-americana.

No sentido de propor um modelo teórico coerente com nossas especificidades, cabe pensar a contribuição de uma abordagem que considere, ao mesmo tempo, a realidade latino-americana e brasileira, com sua historicidade e contradições. Explicitar as lacunas teóricas presentes nos livros didáticos ou, por outro lado, suas vinculações com matrizes e tradições de pensamento, cria um espaço fértil para que os docentes da Educação Básica possam discutir os limites do conceito de movimentos sociais dentro de uma matriz hegemônica.

De acordo com Gohn (2011), as formulações sobre movimentos sociais na América Latina foram influenciadas pelas teorias da “modernização”, da “marginalidade” e da “dependência”, com forte orientação da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL). Assim, a “marginalidade social” foi interpretada como um problema cultural, sendo a economia vista dentro de uma lógica dualista: moderna-atrasada. Pensando a realidade brasileira, alguns trabalhos (Germani, 1966; Solari, 1996; Lipset, 1967) somente interpretavam as “elites e os processos de desenvolvimento”, sem considerar o papel dos grupos populares. Até porque o crivo da análise se baseava na dimensão comportamental, com foco nos indivíduos.

Em relação ao campo acadêmico no Brasil, a grande mudança de direção pode ser atribuída ao impacto da teoria da dependência, por caracterizar o desenvolvimento latino-americano, nos termos de sua relação com um modelo de economia globalizada. Cabe

destacar que essa teoria apresentava uma versão mais palatável (Cardoso e Faletto, 1970), e uma versão mais revolucionária (Marini, 1969). Em sua obra “Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil”, Marini desenvolve os conceitos de “superexploração” e “subimperialismo”, destacando os antagonismos entre as frações de classe.

Parece evidente concluir que em pleno processo de emergência da Ditadura Militar no país, a primeira abordagem acabou prevalecendo como referência na academia brasileira. Ao mesmo tempo, as reflexões e críticas advindas das teorias da dependência e da marginalidade serviram de lastro para intelectuais brasileiros envolvidos nas mobilizações populares relacionadas posteriormente com o processo de redemocratização, especialmente com grupos da sociedade civil.

Vale pontuar que no período da Ditadura Militar eclodiram no Brasil Movimentos reivindicativos, com demandas populares: Custo de Vida, Moradia, contra o Desemprego, Saúde, Transporte Coletivo. E considerando o clássico movimento de trabalhadores, cabe citar as históricas greves de metalúrgicos no ABC Paulista (1978-1980), sobretudo em se tratando do seu papel para o processo de redemocratização.

Sader (1998) argumenta que, entre as décadas de 1970-1980, a realidade brasileira foi sendo constituída por um novo sujeito histórico: os movimentos sociais populares. Caracterizados por uma identidade coletiva forjada na luta, tendo como interlocutores fundamentais a Igreja, os Sindicatos e as Esquerdas. O autor elabora uma rica descrição da condição proletária em São Paulo, destacando a experiência relacionada ao mundo trabalho, ao espaço público e o privado. Assim, caracteriza projetos familiares, como o sonho da casa própria, a ordenação pelo trabalho, a trajetória dos migrantes, em especial no espaço urbano.

Nesse momento, a abordagem prevalecente no campo acadêmico concentrava esforços em compreender a emergência de “movimentos populares”, ao invés de desenvolver estudos sobre “movimentos sociais” – conceito mais relacionado com o contexto norte-americano e europeu, em especial da década de 1960.

Nos anos 1970, o paradigma marxista ganhou expressividade com a leitura da obra de Gramsci, especialmente para pensar a relação entre Estado-Sociedade Civil. Nos anos 1980, o campo acadêmico brasileiro vai sendo matizado pelo paradigma dos “Novos

Movimentos Sociais”. A categoria ganha centralidade, embora tenha sido forjada dentro de uma realidade histórica e política distinta da nossa, mas de acordo com as prerrogativas analíticas da matriz europeia. Talvez por isso, autores como Alain Touraine, ou mesmo Manuel Castells, tenham sido referenciais teóricos marcantes nesse período.

Embora nossa tradição de estudos latino-americanos tenha sido fundamentada nas lutas dos “movimentos populares”, os livros didáticos nem mesmo mencionam essa categoria, preferindo utilizar, invariavelmente, a categoria de “movimentos sociais”, sem nenhum tipo de consideração sobre nossas particularidades históricas, políticas, sociais e econômicas.

Tabela 2. Temáticas abordadas no paradigma latino-americano na década de 1980

| Países | Temáticas e autores |
|---------------|---|
| México | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo comparativo entre movimentos sociais de dez países da América do Sul: Calderon e Camacho (1987); • Movimentos populares: Navarro e Montezuma (1984), Ramirez (1986); • Habitação popular: Pradilha (1988) • Assentamentos em áreas de favelas: Ziccardi (1983) • Movimentos da Igreja: Casanova (1994) • Movimentos de Mulheres: Massolo (1985) • Movimento estudantil: Guevara (1988) |
| Chile | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos de moradores: Pastrana (1980), Espinosa (1981); • Mobilizações populares durante o regime militar: Garretón (1989); • Ensaio de teses sobre os movimentos sociais: Frank e Fuentes (1987); • Participação comunitária: Razeto (1984, 1992) |
| Argentina | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos na fase do populismo: Jelin (1985, 1996), Laclau (1980); |
| Costa Rica | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos populares: Camacho (1983, 1985, 1987) |
| Colômbia | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos de educação popular: Fals Borda (1985) |
| Nicarágua | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos pela habitação: Coraggio (1985) |
| El Salvador | <ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais no país e na América Central: Lungo (1988) |

Fonte: Elaboração da autora de acordo com Gohn (2011).

Para além da tabela, e considerando as lacunas anteriormente discutidas, cabe apontar elementos descritos por Gohn (2011) para uma teoria capaz de compreender as contradições e a complexidade relacionadas com os movimentos latino-americanos.

Tabela 3. Principais elementos para estudo dos movimentos sociais de acordo com a realidade latino-americana

| Pontos característicos | Breve descrição |
|---|--|
| Reconhecimento da diversidade | Diversidade organizativa e propositiva, dos movimentos sociais, sobretudo na forma de conceber a política, considerando a relação com a Igreja, partidos e sindicatos. |
| Preponderância dos movimentos populares | Especialmente em função da desigualdade e da carência historicamente sedimentadas em nossas relações sociais – enquanto na Europa e EUA se falava em direito à cidade e direitos civis |
| Novos Movimentos Sociais | Enfatizando a esfera local, com foco nos direitos econômicos para garantir a sobrevivência; ao mesmo tempo em que lutavam contra o machismo, o racismo, o autoritarismo e o clientelismo |
| Influência da Teologia da Libertação | Historicamente a Igreja teve um papel significativo no acolhimento dos pobres; enquanto as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) problematizavam as desigualdades sociais e provocavam o engajamento político para causas coletivas |
| Lutas dos indígenas e dos afro-brasileiros | Grupos alijados e excluídos desde o período colonial brasileiro gerando racismo estrutural na sociedade, se apresentando de formas e graus diversos |
| Estado a serviço de interesse dominantes | Criou uma realidade de exclusão ainda maior, sobretudo com a ascensão do Neoliberalismo, não sendo por isso o Estado um agente de “integração social”. |
| Institucionalização dos conflitos sociais | Como forma de arrefecer os ânimos e impedir mudanças estruturais profundas |
| Orientação ideológica | Marcadamente marxista e gramsciana, pela configuração de “projetos políticos ideológicos” visando a mudança na ordem social |
| Relação com partidos políticos e com intelectuais | Interlocutores visando privilegiar espaços institucionais com o poder público e com a mídia |
| Destaque para a análise das classes sociais | Entendendo os conflitos econômicos, raciais, de gênero, ambientais etc. |
| Articulação entre as lutas | Considerando a análise baseada na intersseccionalidade que entende a opressão, discriminação ou a dominação como aspectos que atingem uma combinação de identidades |
| A centralidade da questão agrária | Evidenciada pelo papel de destaque assumido pelo MST, no enfrentamento das estruturas conservadoras no campo e ao poderio do agronegócio |

| | |
|---|---|
| Projetos políticos, táticas e estratégias de amplo espectro | Movimentos que podem estar alinhados com um projeto de democracia burguesa, sendo instrumentalizados por políticas públicas ou editais, ou mesmo de defesa da democracia popular e o enfrentamento do sistema capitalista |
|---|---|

Fonte: Elaboração da autora de acordo com Gohn (2011).

Por fim, para entender o movimento social como um objeto de estudo cabe reconhecer a importância de que a definição do conceito seja desenhada de acordo com um referencial teórico, compatibilizando interpretações e enfoques. Os grandes desafios podem ser identificados pela dificuldade de distinguir “definições empíricas de conceitos analíticos”, sobretudo pela diversidade e heterogeneidade das formas organizativas, de mobilização e ação dos grupos.

Em linhas gerais, a autora tenta diferenciar movimento social de “grupo de interesse”, no sentido que atribuímos ao “lobbie”. Já em outra obra publicada, Gohn (2010) categoriza os movimentos sociais no Brasil, pela identificação de redes de mobilização civil em torno de demandas: urbana e rural, ambiental, gênero e raça, direitos, fome, trabalho. A autora também diferencia os movimentos sociais de outras formas de organização como “ONGs, fóruns, plenárias e articulações nacionais e transnacionais”.

Ao longo de sua trajetória acadêmica Gohn conseguiu uma posição de destaque e respeitabilidade no campo, a ponto de assumir a tarefa de uma síntese para definir o conceito:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos

participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista, como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem em suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (Gohn, 2011, páginas 251-252)

Importante pontuar que Gohn (2011) também formula uma proposta metodológica para estudo dos movimentos sociais, destacando algumas categorias analíticas: a) as demandas e os repertórios da ação coletiva de um movimento, incluindo as carências e as utopias para qualificar os repertórios; b) a composição, como força capaz de aglutinar pela força da origem social; c) o princípio articulatório interno, incluindo as bases, lideranças e assessorias; e externo, na articulação com redes de movimentos sociais; d) a força social advinda das articulações; e) a ideologia no sentido de criar uma identidade, incluindo crenças, valores e ideais; f) a cultura política, formada no decorrer da trajetória e da vivência cotidiana; g) desenvolvimento de práticas sociais que podem ser desde discursos até ações diretas, além de reuniões, assembleias, congressos, greves, acampamentos, ocupações, dentre outros; h) o projeto sociopolítico, a identidade e os opositores. Do ponto de vista das categorias teóricas, Gohn ainda destaca “experiência, direitos, cidadania, exclusão social e identidade coletiva”.

E mesmo com esse protagonismo teórico e metodológico, a autora não aparece nos capítulos e seções dos livros didáticos de Sociologia direcionados para abordar a temática dos movimentos social no Brasil.

3 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

Além de reconhecer a importância do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no âmbito das lutas sociais no Brasil, o presente trabalho aborda também a criação e a luta do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). O referido movimento tem atuação nacional e se caracteriza por um número significativo de mulheres nas suas fileiras e, apesar de sua importância, não aparece como um sujeito histórico nos livros didáticos. A motivação para aprofundar um pouco mais sobre o Movimento dos Atingidos por Barragem tem como estratégia fundamental a escolha do documentário “Arpilleras –

Bordando a resistência” como material audiovisual que servirá como fio condutor da sequência didática a ser desenvolvida no final do trabalho. O material tem uma grande relevância por se tratar de um filme produzido pelo próprio Movimento, sobre a atuação das mulheres nas lutas contra as barragens e em defesa do direito à água e energia.

Para além do protagonismo das mulheres atingidas por barragem, o MAB tem como um dos seus pilares o trabalho com as crianças atingidas por barragens, sobretudo por intermédio de um instrumento chamado Ciranda. “A Ciranda é a energia do Movimento”. E como Ciranda entende-se hoje o espaço, não só de cuidado das crianças, enquanto seus familiares adultos estão inseridos em atividades políticas. Mas também, e principalmente, como atividade política das próprias crianças atingidas por barragem, tendo em vista que elas também estão inseridas neste contexto e as pautas do movimento estão presentes na vida e no cotidiano das crianças.

“Inicialmente, as primeiras cirandas infantis das crianças atingidas por barragens eram entendidas como um espaço apenas de ‘cuidado’ das crianças enquanto os pais estivessem em atividades. No decorrer do tempo, com a ampliação qualificada da participação das mulheres atingidas, foi-se avançando na reflexão, estruturação e construção das cirandas infantis como um importante espaço educativo para e das crianças atingidas por barragens. Foi um período em que debatemos que “essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós” (cantiga popular, imortalizada com Lia de Itamaracá), refletindo e provocando os militantes e os estudiosos da Infância e da Sociologia da Infância a discutir a infância popular.”¹

O espaço da Ciranda preconiza uma educação infantil popular, onde o protagonismo da criança seja valorizado e ela seja reconhecida como sujeito histórico, político e social capaz de contribuir com a luta popular. Assim:

“O objetivo central da ciranda é organizar as crianças despertando o espírito da luta social e o seu protagonismo enquanto sujeitos históricos, proporcionando espaços prazerosos de formação, juntamente com a arte do brincar. Esses elementos devem ser desenvolvidos a partir de muitas atividades pedagógicas como rodas de conversa, brincadeiras,

¹ Educação Popular, Direitos e participação social: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragem. Uma publicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

elaboração de músicas, contação de histórias, leituras, escritas, desenhos, teatros, colagens, filmes, alfabetização, entre outras.”

Nos termos do próprio MAB, o Movimento desenvolve um trabalho de construção coletiva, visando a organização dos atingidos por barragens, na luta contra injustiças e a destruição da natureza. A pedagogia do exemplo e a solidariedade representam forças de construção da identidade entre os povos, no enfrentamento dos inimigos poderosos que exploram e expulsam as comunidades de seus territórios.

“O Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas desta sociedade.”²

Desde sua criação enquanto movimento nacional, o MAB tem crescido e atuado nas áreas atingidas por barragens. Por outro lado, esse incremento também envolve um número expressivo de crimes socioambientais. Consequência direta do avanço das políticas neoliberais, do sistema capitalista, considerando a realidade de atuação das empresas de construção e manutenção das barragens, que compreendem o lucro como mais importante do que a vida de milhares de brasileiros. Na prática, não prezando pelas políticas de prevenção ao rompimento de barragens, pelo contrário, priorizando cálculos sobre a quantia a ser indenizada depois do rompimento ser mais lucrativa do que as ações de prevenção.

Ainda que a luta das pessoas atingidas por barragens seja anterior a esta data, em março de 1991 é fundado, em Brasília, o Movimento dos Atingidos por Barragens. Posteriormente o MAB cria suas duas principais frases como palavras de ordem “Águas para a vida e não para a morte” e “Água e energia não são mercadoria”.

Tabela 4. Marcos fundamentais do MAB

| | |
|------|---|
| 1987 | Primeira Reunião Nacional dos Atingidos Por Barragens |
|------|---|

² Site MAB. Disponível em: < <https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

| | |
|------|--|
| 1989 | I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens |
| 1991 | I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. |
| 1993 | II Congresso Nacional do MAB |
| 1996 | III Congresso Nacional do MAB |
| 1997 | I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens |
| 1999 | IV Congresso Nacional do MAB |
| 2003 | 5º Encontro Nacional e II Encontro Internacional de Atingidos |
| 2004 | Marcha Nacional “Águas Pela Vida” |
| 2006 | 6º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens |
| 2010 | III Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens |
| 2011 | I Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens |
| 2013 | 7º Encontro Nacional do MAB |
| 2015 | Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG) |
| 2016 | Participação do MAB no Movimento de Afectados por Represas na América Latina (MAR) |
| 2017 | 8º Encontro Nacional do MAB |
| 2019 | Rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho (MG) |
| 2021 | MAB – 30 anos de lutas |

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações contidas no site do MAB.

Embora a primeira Reunião Nacional dos atingidos por barragens tenha acontecido no período da Assembleia Nacional Constituinte³, as primeiras ocupações ocorreram ainda nos governos militares. Especificamente no contexto da construção da Usina de Itaipu que definiu a desapropriação de terras do entorno. Assim, com ajuda da Comissão Pastoral da Terra constituiu-se o *Movimento Justiça e Terra*, visando equacionar os conflitos decorrentes desse processo.

O MAB tem sua origem associada ao próprio ressurgimento da democracia em nosso país. E para marcar o nascimento do movimento, o dia da plenária final do I Congresso (1989) 14 de março, foi consagrado como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país.

Cabe enfatizar o caráter internacionalista que o MAB foi adquirindo ao longo do tempo. Um marco fundamental se constituiu ao organizar o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens (1997), com a presença de delegações de 20 países. Além de mais tarde integrar uma rede mais ampla de movimentos sociais, ao participar do *Movimiento de Afectados por Represas na América Latina (MAR)* integrando organizações de 12 países: México, Colômbia, Brasil, Chile, Honduras, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Argentina, Peru, Brasil e Cuba.

Ao mesmo tempo também foi se constituindo uma forte linha de organização e atuação feminina no Movimento, especialmente a partir do 1º Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens (2011) que contou com a participação de 500 mulheres.

Além de debateram a questão da violência, o coletivo ainda cobrou do governo o “atendimento das reivindicações históricas do movimento e das pautas das mulheres no sentido de construção de políticas para a igualdade de gênero e o fim da opressão e violência contra as mulheres”.

Desde o início, as mulheres tiveram um papel ativo e importante na construção do MAB em todas as regiões do Brasil, seja nas tarefas de liderar as lutas, seja nas tarefas organizativas na comunidade que fortaleciam o movimento garantindo a organicidade das atividades. Cada região traz suas particularidades, o importante é evidenciar que as mulheres atingidas sempre estiveram em busca de seus direitos. Com base nisso, a organização foi amadurecendo a necessidade da

³ Com a finalidade de escrever a Carta Magna, chamada posteriormente de Constituição Cidadã.

participação das mulheres nos espaços de decisão, construindo condições para acelerar processos de protagonismo feminino dentro do movimento. Entre 2007 e 2010, foram realizados diversos encontros com as mulheres de diferentes regiões com o objetivo de fomentar a participação e construir coletivamente um entendimento de como as barragens afetam a vida das mulheres. Com isso, sistematizamos as violações aos direitos das mulheres atingidas, nos seguintes eixos: Mundo do trabalho, Participação política, Relação com as empresas, Perdas dos laços comunitários, Direitos sexuais e reprodutivos, Acesso a políticas públicas. <https://mab.org.br/mulheres/>

Figura 1- Cartaz da organização feminina no MAB.



Fonte: Site do MAB.

O eixo da participação feminina pode ser didaticamente desenvolvido por intermédio do documentário Arpilleras que aborda a dimensão de gênero do MAB. Assim, o material permite construir uma proposta didática capaz de conjugar aspectos empíricos e teóricos dos movimentos sociais.

Para além da questão de gênero, o MAB também enfatiza a dimensão dos Direitos Humanos, especialmente em se tratando do direito à vida. De tal maneira, a luta passa a ser organizada em torno do combate a qualquer tipo de violação aos direitos, por parte do Estado e das empresas privadas. Por isso, dentre os marcos fundamentais na história de organização do Movimento são listados os crimes socioambientais de Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

Figura 2 - Cartaz sobre o crime socioambiental de Mariana (publicado no site do MAB)



Fonte: Site do MAB.

Conforme já foi desenvolvido anteriormente, abordar a temática dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo nos currículos da Educação Básica, significa partir do processo de redemocratização do país. Processo este que culminou na Constituição Federal de 1988, documento escrito no âmbito desta transição da ditadura para uma democracia, que estava sendo restituída a passos longos. Pensando na realidade da sala de aula e na forma como a temática dos movimentos sociais pode ser desenvolvida em sua conexão com a CF de 1998, vale destacar especialmente o Artigo 5º e a Função Social da Propriedade. Assim temos respectivamente:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...) XXIII - a propriedade atenderá a sua função social. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Os referidos aspectos jurídicos listados acima, bem como diversos direitos garantidos na Constituição Federal, representam argumentos legítimos para os docentes desenvolverem com seus estudantes a temática dos movimentos sociais, de modo a enfrentar a imagem de criminalização muitas vezes associadas a esses grupos.

Embora tenha sido gestada em cima de acordos que diferiam dos preconizados pela sociedade civil que já exigia não só justiça, como memória, verdade e reparação. Ainda assim, o texto da Constituição de 1988 ganhou uma marca característica que perdura como imagem até os dias de hoje. Um texto constitucional elogiado e entendido como avançado no que tange à garantia de direitos para a população, explicando o porquê de ser conhecida como Constituição Cidadã. Mas, por outro lado, mais recentemente algumas Medidas Provisórias e Projetos de Lei têm provocado abalos no sentido de universalização de direitos que permeia o documento.

Ao longo da história brasileira, a criminalização da luta por direitos e, conseqüentemente, dos movimentos sociais, acabou representando uma tendência recorrente, sobretudo em função dos interesses de grupos, política e economicamente, dominantes. Mesmo após a ditadura, momento em que mobilização popular e sindicatos deixaram de ser considerados como atividades ilegais, por estarem previstas na Constituição de 1988, as situações de violação aos direitos e perseguição aos grupos continuaram existindo.

Assim, as mobilizações em torno do avanço de direitos da população são percebidas pela classe dominante como alterações no status quo, ou seja, ainda que sejam alterações pequenas, a burguesia se sente ameaçada na luta de classes, à medida que trabalhadoras e trabalhadores conquistam mais e mais direitos sociais. Ainda que não sejam mudanças profundas o suficiente para que se altere essa correlação de forças entre classes, não deixam de ser um caminho para a consolidação de uma sociedade mais justa e equalitária.

Na perspectiva adotada no trabalho, em que se propõe abordar a temática dos movimentos sociais na Educação Básica, cabe não somente discutir aspectos gerais do campo acadêmico, apresentando características gerais dos movimentos sociais e populares, dentro de referenciais teóricos compatíveis com o entendimento da realidade social brasileira. Mas também indicar uma possibilidade de que os docentes tenham autonomia para selecionar com qual movimento social trabalhar em sala de aula, que seja capaz de dialogar com as demandas e expectativas da comunidade escolar.

4 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO BRASILEIRO

Tendo em vista a abrangência do tema e a necessidade de propor pontos que dialoguem com a formulação de projetos pedagógicos no contexto da escola de Educação Básica, cabe situar o recorte histórico para abordagem construída no presente trabalho de pesquisa. Em linhas gerais, concentra-se no período do final da Ditadura Militar⁴, destacando a importância dos Movimentos Sociais e, especialmente, dos Movimentos Populares. No momento de reorganização da sociedade civil estes movimentos tiveram um papel fundamental na luta por Democracia e Direitos Humanos.

As ditaduras militares na América Latina, no período nebuloso entre as décadas de 1960 e chegando até 1980, se constituíram com suas especificidades em cada país, mas todas tiveram em comum o teor repressivo aos trabalhadores organizados e aos movimentos sociais de forma geral. Perseguição, tortura, assassinato e desaparecimento forçado não foram ações isoladas ou exceções nestes períodos de regime totalitário. Pelo contrário, violações aos direitos mais fundamentais estavam sendo praticadas sistematicamente enquanto políticas de Estado.

O conjunto de medidas adotadas por um país para sair de um período totalitário e entrar numa democracia, ou seja, lidar com períodos traumáticos, integram a ideia de Justiça de Transição. Alguns pilares da Justiça Transicional com os quais os países precisam lidar são os direitos à verdade, memória, reparação e justiça.

O fato de o Brasil, ao contrário de outros países latino-americanos, não ter julgado nenhum de seus torturadores revela o quão frágil se deu nosso processo transicional. O fim da ditadura militar é marcado por alguns acontecimentos e um deles foi a promulgação da Lei de Anistia⁵, que expressa nosso modelo de redemocratização conservadora, à medida que não rompe com as antigas estruturas ditatoriais e não responsabiliza os perpetradores das violações cometidas.

⁴ Aqui, escolheu-se utilizar o termo “ditadura militar” em consonância com os movimentos por memória e verdade, assim como as Comissões da Verdade, tanto a nacional como a do estado do Rio de Janeiro, como forma de demarcar o teor militar do golpe bem como utilizar o termo mais consolidado na sociedade brasileira e assim, aproximar a linguagem do termo mais popularmente conhecido.

⁵ Lei de Anistia. Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Do ponto de vista cultural e social a ausência de responsabilização dos torturadores demonstra o entendimento de que as violações de direitos humanos ocorridas foram um “mal necessário”, essa visão contribuiu para a construção de uma memória coletiva que entende a tortura e demais crimes de lesa-humanidade como parte de um pacto legítimo sendo, portanto, “aceitáveis” na nossa sociedade.

Em resposta às muitas reivindicações pelo direitos à memória e à verdade, tivemos a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei ° 12.528, de 18 de novembro de 2011) e das Comissões Estaduais da Verdade, com o objetivo de dar “esclarecimentos às graves violações de direitos humanos praticadas, no período previsto no Art. 8º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), contribuindo, assim, para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica”⁶.

No Brasil do final anos 1970, as mobilizações pelo fim Ditadura culminaram com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), tendo como bandeira a “anistia ampla, geral e irrestrita”. Embora tenha sido um período de redemocratização conservadora, começou-se a abrir um novo cenário de retomada das lutas populares. Conforme descrito pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio):

“No final da década de setenta, o grito pela anistia ampla, geral e irrestrita tomava as ruas, as universidades, os jornais, os sindicatos, os presídios e os movimentos sociais, que unidos exigiam a volta da democracia e a restituição dos direitos civis e políticos. Fruto da pressão social, em outubro de 1978, o AI-5 foi revogado, restituindo-se o direito ao habeas corpus e, em dezembro, a Lei de Segurança Nacional foi reformada, de modo a extinguir a pena de morte e de prisão perpétua, a diminuir a pena de alguns dos crimes nela previstos e a determinar o recolhimento dos presos políticos em local diverso do destinado aos presos comuns, passando a reconhecer a existência de presos políticos no Brasil.”(Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, página 24)⁷

Neste novo contexto de abertura do regime ditatorial e revogação do Ato Institucional nº 5, ocorre o retorno de diversos militantes exilados políticos ao país e a reorganização das instituições em torno da efetivação dos direitos civis anteriormente cassados. A sociedade civil voltava a se organizar ainda que de forma inicial e desarticulada neste primeiro momento. Importante citar algumas organizações que foram

⁶ Art. 1º da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em 15 dez. 2020.

⁷ Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), instituído pela Lei nº 6.335 de 24 de outubro de 2012.

fundamentais na reorganização da luta política pela democracia, em que pese toda a repressão e perseguição que sofreram em decorrência da sua atuação contra a ditadura e em apoio ao Estado Democrático de Direito: Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

No bojo desta rearticulação se situa a criação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, como emblemática no processo de transição democrática descrito. Em 1984, o MST surge enquanto um movimento nacional de trabalhadoras e trabalhadores que lutam por acesso à terra. Reconhecendo a centralidade do MST nas lutas camponesas mais recentes, porém cabe registrar que a luta pela terra já estava sendo travada muito antes desta data.

“O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território no século 16. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje”⁸

Conforme o trecho acima, retirado do site oficial do MST, a concentração de terras no país foi um dado marcante da nossa história econômica, política e social. Em 1850, ao mesmo tempo que foi proibido o tráfico de escravos oficialmente, também foi instituída a Lei de Terras, que impedia pessoas negras não mais escravizadas de ter acesso à terra. A Lei de Terras foi a primeira lei que regulamentou e fortaleceu a existência dos latifúndios no Brasil, das grandes propriedades rurais. A conjunção entre a estrutura fundiária baseada no latifúndio, na monocultura, além da permanência do modelo escravista de produção constituiu as bases da desigualdade social e da exclusão da população negra do país até hoje.

“Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade”⁹

⁸ Site MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>. Acesso em 15 dez. 2020.

⁹ Site MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

A histórica resistência camponesa se fortalecia naquele momento e, como herdeiros das lutas pela terra no Brasil, o MST se soma aos protestos e movimentações de demanda pelo fim da Ditadura. Em 1981, as ações de ocupações de terras improdutivas, já usadas como estratégia de luta pela população rural, são utilizadas para reivindicar o fim da ditadura militar, exigindo democracia. Essas ocupações eram realizadas não só pelos trabalhadores rurais naquele momento, mas também pela sociedade civil organizada na luta por um Estado Democrático de Direito, assim “as ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo”¹⁰

Ainda no contexto de crescentes pressões populares por meio de ocupações de terra e do processo de redemocratização, surgem outros movimentos sociais, expressando demandas diversas da sociedade brasileira. E revelando também as diferentes faces do capitalismo nacional e transnacional, como um oponente de peso para os movimentos sociais e populares.

5 SOCIOLOGIA COMO COMPONENTE CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM A ABORDAGEM DESSA TEMÁTICA

A história da Sociologia como componente curricular da Educação Básica sempre foi marcada por períodos de instabilidade, muitas vezes expressando relações de poder. Em linhas gerais, se constituíram períodos de ausências e retornos, classificados como “intermitências”. Sendo assim, cabe discutir e compreender a história da Sociologia e seu processo de institucionalização, especificamente enquanto disciplina no contexto escolar brasileiro. Focalizando suas diferentes abordagens e interesses de acordo com a época e o contexto ao qual estava inserida. A referida disciplina, hoje entendida em sua abordagem crítica e pautada na desnaturalização dos processos sociais, não foi assim caracterizada desde sua criação.

¹⁰ Site MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Embora não seja o objetivo do presente trabalho, o quadro abaixo ajuda a sintetizar esse sentido de alternância da Sociologia nos espaços escolares e acadêmicos brasileiros, considerando especialmente períodos delimitados das reformas educacionais no país.

Tabela 5. A Sociologia no currículo escolar e acadêmico brasileiro em períodos de reformas educacionais

| Reforma Educacional | Condição da Sociologia no currículo |
|--|--|
| Benjamin Constant (1890) | Inclusão da disciplina de “Sociologia e Moral” nas escolas do Exército e no sétimo ano das escolas ginasiais. Apesar da disciplina “Sociologia” integrar o currículo do curso Normal do Distrito Federal, não havia uma oferta regular da disciplina. |
| Epitácio Pessoa (1901) | Disciplina oficialmente excluída, inclusive dos poucos segmentos em que era ofertada. |
| Rivadavia Corrêa (1911) Carlos Maximiliano (1915) | Sem mudanças significativas no quadro. |
| João Luís Alves-Rocha Vaz (1925) | Inclusão da disciplina no 6º ano do curso regular. Protagonismo do Colégio Pedro II, destacando-se a figura do professor Delgado de Carvalho. |
| Francisco Campos (1931) | Ratificação da disciplina nos cursos preparatórios, como um conhecimento exigido nos exames de seleção para o ensino superior. |
| Capanema (1942) | Extinção dos cursos complementares implicando na retirada da obrigatoriedade do ensino de Sociologia dos cursos secundários. Mantida a permanência apenas de “Sociologia Educacional” no curso Normal, além de cursos nas Faculdades de Filosofia, de Pedagogia e de Ciências Sociais. |

| | |
|----------------------------------|--|
| Lei de Diretrizes e Bases (1961) | A Sociologia consta como uma disciplina facultativa nos currículos. |
| Lei Nº 5692/71 | A disciplina torna-se presente em apenas alguns cursos do ensino profissionalizante. |
| Lei Nº 9394/96 | O texto da LDB aponta conhecimentos de Sociologia e Filosofia como “fundamentais ao exercício da cidadania” |
| Lei Nº 11.684/2008 | Estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia nos currículos de todas as séries do Ensino Médio. |
| Lei Nº 13.415/2017 | Ensino de Sociologia perdeu o caráter de disciplina obrigatória, tal como diversas disciplinas. O Ensino Médio passa a ser dividido por Áreas e não por Disciplinas, conforme texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) |

Fonte: Elaboração da autora.

Para Ivor Goodson (1997), o currículo deve ser entendido como um processo político. Assim, o currículo escolar pode ser concebido “como um artefato social ou construção social”. Sendo, portanto, “importante avançar no sentido de examinar a relação entre o conteúdo e a forma da disciplina escolar e de analisar as questões da prática e dos processos escolares”.

As primeiras menções foram feitas ainda no século XIX. Quando Rui Barbosa propôs a inclusão da Sociologia em 1870, em substituição a disciplina Direito Natural, mas seu parecer não foi sequer apreciado. Depois, em 1890, no âmbito da Reforma da Educação Secundária foi apresentada uma proposta em que a Sociologia apareceria como disciplina obrigatória, porém, a referida Reforma não chegou a ser efetivada.

E assim, a Sociologia permaneceu sendo lecionada, mas não como disciplina formalmente integrada no currículo. Nesse contexto foi sendo ministrada por advogados, militares, médicos de acordo com os interesses da época e sem compromisso algum com um pensamento crítico que hoje lhe é característico, inclusive porque ainda não havia cursos de graduação em Sociologia ou mesmo Ciências Sociais.

Todavia, somente com a Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz (1925), esse cenário se modificou. E nesse processo de institucionalização, o Colégio Pedro II (CPII) apresentou um papel de destaque. De acordo com Soares (2015), em 1926 o CPII já praticava um programa para a disciplina de Sociologia, então dividido em duas partes: “Sociologia Theorica” e “Fontes Históricas da Sociologia”. No programa de 1929 se observa uma recondução teórica. Assim, a abordagem principal passa a se fundamentar em questões da sociedade contemporânea, no sentido de pensar a superação dos problemas sociais. Instituições sociais como o Estado, a Igreja, a Família, a Estrutura Econômica eram temas recorrentes, assim como a contribuição sociológica de Auguste Comte.

No período entre 1925 e 1942 a Sociologia começa a aparecer nos currículos da escola secundária, especialmente com as alterações feitas pelas Reformas João Luiz Alves-Rocha Vaz (1925), e depois pela Reforma de Francisco Campos (1931). Esse período de institucionalização se aprofunda entre 1933 e 1934, quando se iniciam as graduações de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal.

Já a Reforma Capanema (1942) inaugura um período de desinstitucionalização que acabou perdurando durante um longo período, perpassando o período entre a Lei de Diretrizes e Bases (1961) e a Lei Nº 5692/71. Por outro lado, no período de redemocratização, mais especificamente em 1982, é revogada a obrigatoriedade do ensino profissionalizante (Lei nº7.044/82). E assim se inicia a retomada da presença da Sociologia nas escolas secundárias, conforme aponta o texto introdutório das Orientações Curriculares para o Ensino Médio:

“São realizados concursos para professores em São Paulo e em outros estados, elaboradas propostas programáticas; publicados novos livros didáticos e até são feitas algumas pesquisas. Em pouco mais de uma década, vários estados vão tornando a Sociologia obrigatória, de modo que seja consolidada sua presença nos currículos.” (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf - página 103)

Embora o foco das abordagens acadêmicas seja, em geral, a legislação federal, cabe registrar que a mudança de direção na recondução da Sociologia aos currículos

escolares aconteceu no âmbito estadual, tendo início exatamente no período redemocratização. Assim, entre 1984 e 1994, a Sociologia começa a compor os currículos escolares das redes estaduais de ensino: São Paulo (1984); Pará e Distrito Federal (1986); Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (1989); Minas Gerais (1990); Amapá, Espírito Santo e Paraná (1994).

Em 1996, quando da presidência de Fernando Henrique Cardoso, terceiro presidente eleito diretamente após o fim da ditadura militar, foi publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente a Lei 9.394/1996. Naquele momento a disciplina de Sociologia constava na redação da referida lei enquanto conteúdo que deveria ser de domínio do educando, consoante Art. 36.:

“§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

(...)

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.”
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

Sendo assim, após diversas alterações realizadas ao longo dos anos no texto inicial da LDB, mais de dez anos depois, a Sociologia e a Filosofia se tornaram disciplinas formalmente obrigatórias, por consequência da Lei 11.684/2008 que “altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio”.¹¹

Importante destacar que, já na década de 1990, o Colégio Pedro II voltou a consolidar seu papel pioneiro na reinserção da disciplina de Sociologia no currículo do que hoje chamamos de Ensino Médio. E para além desse espaço, a instituição, por intermédio da estruturação do seu Departamento de Sociologia, também inseriu no currículo do segundo segmento do Ensino Fundamental a disciplina “Educação para a

¹¹ Ano em que Luiz Inácio Lula da Silva estava à frente da presidência do Brasil, apesar de a referida Lei ter sido assinada por seu vice, José Alencar Gomes da Silva, e Fernando Haddad, enquanto Ministério da Educação à época.

Cidadania” – sendo depois esse componente curricular rebatizado de “Sociedade e Cidadania” e mais tarde de “Ciências Sociais”.

Mesmo antes de se tornar disciplina obrigatória, a Sociologia esteve presente nos documentos oficiais publicados pelo governo federal: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN), publicados no ano 2000, no trecho sobre Ciências Humanas, da seguinte forma:

(...) Pela constituição dos significados de seus objetos e métodos, o ensino das Ciências Humanas e Sociais deverá desenvolver a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Direito, entre outros. Nesta área incluir-se-ão também os estudos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania, para cumprimento do que manda a letra da lei. No entanto, é indispensável lembrar que o espírito da LDB é muito mais generoso com a constituição da cidadania e não a **confina** a nenhuma disciplina específica, como poderia dar a entender uma interpretação literal da recomendação do inciso III do Parágrafo primeiro do Artigo 36. (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> - página 93)

No trecho supracitado podemos perceber o contexto de disputa em torno da interpretação do texto, sem qualquer garantia acerca da obrigatoriedade da Sociologia enquanto disciplina escolar. Já quando é dito que “a constituição da cidadania não se confina a nenhuma disciplina específica”, dá a entender que esta atribuição deve ser assumida por todos os componentes curriculares, sem estabelecer qualquer sentido de exclusividade para a Sociologia.

Isso porque durante todo esse período, a cidadania era interpretada como um tema transversal no currículo da Educação Básica. Acontece que este entendimento ignora o fato de que a compreensão do significado dos conceitos com identidade, sociedade e cultura tomam outra proporção quando analisados sob o olhar da Sociologia, posto que ela se debruça a pesquisar e se aprofundar sobre estes e outros conceitos como nenhuma outra disciplina. Inclusive, o texto oficial indica conceitos que, do ponto de vista teórico e metodológico, fazem parte de uma tradição acadêmica relacionada com as Ciências Sociais.

No período de implementação da LDB (1996) foram publicados importantes documentos oficiais que servem como referência para pensar a relação entre a Sociologia

e a constituição da temática dos movimentos sociais nos currículos escolares. Assim cabe mencionar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Educacionais Complementares aos PCN (PCN+) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM).

Nos PCN (1999), destacam-se trechos importantes para compreender a dinâmica fundamental do conhecimento sociológico, ancorada na relação entre indivíduo e sociedade. E, pensando especificamente na temática dos movimentos sociais, a questão da mudança social e a construção da cidadania. Vale conferir nos trechos:

Enfatizam-se dois eixos fundamentais em torno dos quais vêm se construindo grande parte da tradição sociológica: a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como a importância do processo inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em gradações variadas, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social.

(...) Cabe ressaltar a importância dos movimentos sociais no processo de construção da cidadania, em função do seu papel, cada vez mais expressivo, de interlocução com o poder público, desde o movimento operário até os chamados “novos movimentos sociais” (ecológico, pacifista, feminista etc.). (PCNEM, 2002, página 324)

Já o documento dos PCN+ (2000) acaba sendo lançado como uma edição atualizada dos PCN inicial, destrinchando aspectos mais específicos do currículo. O tema dos movimentos sociais aparece explicitamente no conteúdo relacionado com a disciplina de Sociologia. Mais especificamente no Eixo Política e Sociedade, no Tema 3 intitulado “Política e Movimentos Sociais”, dividido nos subtemas: “Mudanças Sociais, Reforma e Revolução” e “Movimentos Sociais no Brasil”. Seguido do Tema Política e Cidadania, dividido nos subtemas: “Legitimidade do poder e democracia” e “Formas de participação e direitos do cidadão”.¹²

O Tema 3 então continha a seguinte proposta, de acordo com o texto do PCN+:

Levar o aluno a perceber o caráter científico das teorias e dos conceitos da política deve ser um objetivo sempre presente nas aulas de Sociologia. Além disso, o educando deverá compreender os fatores que levam à mudança, identificando os movimentos sociais e seu poder de intervenção nas estruturas. Escolher e investigar um determinado movimento social vai permitir a realização de inúmeras atividades pedagógicas. Movimentos sociais das minorias sexuais, étnicas e

¹² No PCN+, dentro do eixo geral “Política e Sociedade”, o tema dos movimentos sociais ainda poderia ter uma interface, mesmo que não direta, com o tema 1, “Política e relações de poder”; abordando os subtemas: “As relações de poder no cotidiano”; “A importância das ações políticas”.

religiosas, dos pacifistas, dos ecológicos e dos estudantes, dos sem-terra e dos favelados, dos operários e dos jovens urbanos etc., são exemplos que vão motivar os grupos de alunos a realizar pesquisas científicas de investigação do entorno social. (A contextualização e a questão do cotidiano estão sendo contempladas nesse processo.) **Aproveitando a oportunidade, o professor poderá introduzir a discussão sobre o processo eleitoral como fator que pode promover mudança.**” (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf> - página 93)

Ao mesmo tempo em que o trecho do documento acima recupera o sentido de “mudança social” comumente associada com a forma de ação dos movimentos sociais, também amplia o repertório de movimentos indicados. Inclusive destacando a possibilidade de indicar “pesquisas empíricas” relacionadas com a realidade da comunidade escolar. É possível perceber que o tema dos movimentos sociais não só está presente, como há descrição e exemplos dos movimentos a serem pesquisados e ainda, uma objetiva relação dos movimentos com as alterações de estruturas sociais e políticas na sociedade, dando a dimensão de transformação presente nas reivindicações coletivas pelas quais os movimentos se organizam e lutam.

Por outro lado, uma questão apontada no final do parágrafo constitui uma tese polêmica ao associar o “processo eleitoral como fator de mudança”, nesse aspecto sem fazer uma associação direta com a atuação dos movimentos sociais e sem qualquer menção a um certo limite nas mudanças via processo eleitoral. Cabe destacar que precisa ser problematizado para a temática dos movimentos sociais a tática de atuação em duas frentes: de um lado, assumir a via institucional/representativa/parlamentar e, a luta e organização política/ação direta.

Estas duas vias, se complementam no sentido de serem lutas possíveis de acordo com o contexto democrático ao qual estamos inseridos. Ele pode mudar, mudando também a correlação de forças na sociedade e, conseqüentemente, as táticas a serem adotadas pelos movimentos sociais e populares. Importante deixar explícito que a atuação dos Movimentos Sociais e Populares vai muito além da via eleitoral, tendo em vista que as mudanças estruturais almejadas por estes, não serão realizadas sem uma ruptura profunda, inclusive com o sistema eleitoral.

Com o lançamento do documento de Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias (OCNEM), em 2006, a abordagem sociológica dos movimentos sociais reaparece. Ao longo da publicação o conceito acaba

sendo citado diversas vezes. Tanto em relação aos conceitos e teorias da Sociologia e, também, no conteúdo relativo à disciplina de Geografia, demonstrando a potencialidade interdisciplinar de desenvolver o referido tema. O texto faz um breve histórico sobre a disciplina e a abordagem de conceitos, teorias e temas, considerando diferentes pressupostos teóricos e metodológicos. Além disso, o material também traz diversas possibilidades de “práticas de ensino e recursos didáticos”, para além das aulas expositivas e que podem ser utilizadas pelos educadores e educadoras.

No que se refere à Sociologia, as OCNEM se propõem a constituir um ponto de partida na busca pela consolidação da disciplina no currículo do Ensino Médio. E, concomitantemente, deixando certa flexibilidade em relação ao conteúdo e a forma como abordá-los. No entanto, sem deixar de mostrar caminhos possíveis, bem como as suas potencialidades e limitações em sala de aula.

As OCNEM representam uma tentativa de consolidar algumas diretrizes possíveis em torno do ensino da Sociologia na Educação Básica, de forma a não deixar que a ausência de conteúdo programático fechado seja uma lacuna onde o professor se sentiria sem parâmetros para trabalhar. Mas, também, não se pretende como uma padronização de metodologias que não foram discutidas com a comunidade de professores de Sociologia. O texto se coloca como um mapa, para que seja possível se localizar e então escolher o melhor caminho para a prática escolar e esses trajetos são definidos “conforme necessidades pessoais, coletivas, do professor, da escola, dos alunos e da comunidade”.

No âmbito das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica¹³ (2013), os Movimentos Sociais aparecem quando se trata, especificamente, da Educação Ambiental e da Educação em Direitos Humanos. Trata-se de “diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras”.

No contexto posterior ao golpe sofrido pela Presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, além da Reforma Trabalhista também foi implementada a Reforma do Ensino Médio. A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, sancionada pelo presidente Michel Temer por medida provisória, criou um espaço de fissura na legislação educacional brasileira e muitas críticas entre educadores. Em linhas gerais, com o

¹³ <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

aprofundamento da agenda neoliberal no país, abriu-se espaço para a atuação das grandes corporações mobilizadas em torno da mercantilização da educação.

Mesmo contexto inclusive de votação da Emenda Constitucional nº 95¹⁴. Nessa nova regra, o gasto primário do governo federal passou a ficar limitado por um teto definido pelo montante gasto no ano anterior, reajustado pela inflação. A medida cria um limite de gastos do Governo Federal com os direitos sociais, enfraquecendo a possibilidade de investimentos em políticas sociais, educação, saúde, segurança, previdência social, assistência social. Portanto, fragilizando toda a rede de proteção social.

A Reforma faz diversas alterações na LDB de 1996, inclusive retirando o trecho específico que tornava obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Revogando então o inciso IV do 1º parágrafo do art. 36 da Lei de Diretrizes e bases da educação, a saber “IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.”

Além disso, o novo texto referente à disciplina em questão diz o seguinte:

“§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.”
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)

No trecho supracitado o termo “Estudos e práticas” não deixa nítido a ausência da obrigatoriedade das disciplinas citadas, porém aparece como algo com um caráter difuso e pouco consistente, do ponto de vista de um componente curricular. A Reforma realiza também uma mudança na nomenclatura, o que antes era “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, agora é chamado de “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, sem citar as disciplinas de Sociologia e Filosofia.

Ainda em dezembro de 2017 é publicada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dividida nas etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A BNCC representa a fragmentação do projeto de Educação Básica, com diferentes concepções para a educação infantil/ensino fundamental, com componentes

¹⁴ A PEC 241/2016, conhecida como PEC da Morte, quando em tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55/2016, no Senado Federal.

curriculares específicos e pontuados e, de outro lado, o Ensino Médio com a concepção de áreas e uma hierarquia entre elas. Corroborando a Reforma do Ensino Médio, sendo chamada “Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, retirando-se a expressão “e suas tecnologias” que estava em conformidade com as outras áreas, por exemplo: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas Tecnologias. Além de estabelecer um sentido hierárquico entre as áreas, a BNCC também retoma os conceitos de “habilidades e competências” presentes anteriormente nos PCN e PCN+.

No que tange ao tema dos Movimentos Sociais, eles aparecem no ensino Fundamental, em História no 9º ano como objetivos de conhecimento: “Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações” e “Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais” e também aparecem no ensino de Geografia no 8º ano como objetivos de conhecimento: “Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos.”

Não há na seção sobre o Ensino Médio nenhuma menção à disciplina de Sociologia, em que pese as competências específicas estejam inseridas no currículo. Assim como não há especificamente (como na sessão do Ensino Fundamental) divisão entre as disciplinas que seriam de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Apenas informa 6 (seis) competências específicas, sem mencionar a disciplina que tem atribuição de trabalhar aquele referido tema.

“No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos. Nessa etapa, como os estudantes e suas experiências como jovens cidadãos representam o foco do aprendizado, deve-se estimular uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana.”(<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> - página 472)

Durante o período em que a BNCC foi discutida por meio de audiências públicas, muito se falava sobre seu impacto na elaboração de livros didáticos. No entanto, somente os livros do PNLD 2021 estarão em acordo com a nova legislação. E, portanto, não poderão ser analisados por esse trabalho, tendo em vista o limite de prazo para apresentação do TCC.

De qualquer modo, parece importante realizar uma análise de como a temática dos movimentos sociais aparece nos livros didáticos de Sociologia. Para fins de comparação foram escolhidas três (3) obras didáticas – das Editoras do Brasil, Moderna e Imperial Novo Milênio¹⁵. A primeira não aparece na tabela comparativa, por não ter um capítulo específico que trate sobre movimentos sociais.

Tabela 6. A temática dos movimentos sociais nos livros didáticos de Sociologia: uma perspectiva comparativa

| | Livro de Sociologia da Editora Moderna | Livro de Sociologia da Editora Imperial Novo Milênio |
|---|---|--|
| Capítulo (nome do capítulo; número de páginas) | Capítulo 8 (Movimentos sociais; 18 páginas) | Capítulo 15 (Não é pelos R\$ 0,20 centavos? Movimentos sociais ontem e hoje; 12 páginas) |
| Principais tópicos abordados | Movimentos sociais como fenômenos históricos; Características estruturais dos movimentos sociais; Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais. | Definindo e caracterizando os movimentos sociais; Movimentos sociais e revolução socialista; Movimentos sociais no Brasil contemporâneo; O surgimento dos novos movimentos sociais; Movimentos sociais no século XXI |
| Aplicação empírica | O movimento de legalização das drogas: o caso da maconha; A legislação e os movimentos sociais; As manifestações veganas e os direitos dos animais | Porque eu gosto das segundas-feiras (interdisciplinaridade; texto sobre as Jornadas de junho de 2013) |

¹⁵ As referências completas se encontram na bibliografia.

| | | |
|---|--|---|
| Categorias | Identidade; cidadania; justiça social; sociedade civil; mudança social; novos movimentos sociais | Mudança social; projeto político, luta classista; sujeitos históricos autônomos e independentes; Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Teologia da Libertação, Pedagogia do Oprimido. |
| Referenciais teóricos (abordagem) | Talcott Parsons (ordem/desordem); Perspectiva Marxista (classe social e luta de classes); Maria da Glória Gohn (indicação de referência para leitura) | Ermínia Maricato (MPL); Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Ernesto Che Guevara; Ana Maria Doimo, Evelina Dagnino, Eder Sader |
| Exemplos apresentados | Movimento de trabalhadores; Greve de professores; MTST; MST; Movimento do Passe Livre (citado indiretamente); Passeata dos Cem Mil (1968); Manifestação dos Direitos Civis (EUA); Movimento LGBT; Marcha da Família com Deus pela Liberdade; Movimentos feminista, negro, ambientalista etc. | Movimentos dos sem-terra, dos sem-teto, do passe livre; ludismo, cartismo, rebeliões camponesas; greve de professores; movimentos de mulheres, homossexuais, negros, Movimento de trabalhadores; Diretas Já |
| Conceituação | “Ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou de parceria com o Estado. São uma poderosa força de mudança social.” | “(…)os movimentos sociais estão relacionados ao que intitulamos em Sociologia como mudanças sociais (…) sujeitos ou grupos que não concordam com determinada situação procuram diversas maneiras para modificá-la, lutando pela conquista de direitos sociais, econômicos e políticos.” |
| Perspectiva teórica latino-americana e menção aos movimentos populares | Praticamente ausente. Aborda apenas movimentos sociais durante o período da Ditadura no Brasil, sem mencionar os movimentos populares | Enfatiza a perspectiva de movimento social na sua dimensão de “popular”, inclusive apresentando exemplos. |
| Links | <i>Sites</i> (MST; MPL); <i>Filmes</i> (Terra para Rose; Sonho de Rose; | <i>Sites</i> (Vírus Planetário; Movimento Passe Livre); <i>Filmes</i> (Orgulho e |

| | | |
|--|---|--|
| | Junho: o mês que abalou o Brasil; Malcolm X); | Esperança; Braços Cruzados, Máquinas Paradas; Justiça); <i>Jogo online</i> (Búzios, Ecos da Liberdade) |
|--|---|--|

Fonte: Elaboração da autora.

O livro da Editora Moderna aborda, de forma enfática, a questão da “criminalização dos movimentos sociais”, inclusive apresentando um box em que este ponto aparece em destaque. Embora os autores desenvolvam pontos fundamentais como as características estruturais dos movimentos sociais – a relação com o Estado, aspectos como parceria e confronto, objetivos de transformação e conservação – não conseguem trabalhar a temática dentro uma perspectiva latino-americana. Apesar de indicarem a leitura de Maria da Glória Gohn, inexplicavelmente Talcott Parsons aparece como a principal referência teórica na abordagem do tema. E o marxismo, que tanto inspirou os movimentos sociais em nossa região, surge de forma genérica, sem que nenhum autor seja apontado de forma nítida. Os exemplos e casos empíricos são enumerados de forma ampla, até porque constituem um ponto de partida para desenvolver pesquisas sobre o assunto, mas cabe ao docente perceber as diferenças entre um “movimento” e uma “manifestação”.

O livro da Editora Imperial Novo Milênio também aborda a “criminalização”, mas de modo mais superficial. Embora o rol de exemplos e casos empíricos seja menor, a obra destaca o Movimento do Passe Livre e o período da Ditadura Militar, com movimentos populares emblematicamente constituídos como “os movimentos contra o desemprego e os movimentos de saúde, do transporte coletivo, de moradia e do custo de vida” (página 222). Cabe pontuar que os autores indicam a importância da figura de Che Guevara e o contexto da Revolução Cubana como inspiradoras para os movimentos sociais na América Latina. Assim, destacam referenciais teóricos de peso dentro do campo acadêmico brasileiro – como Doimo, Sader, Maricato etc. –, além de indicar autores localizados dentro da tradição marxista. Portanto, oferecem um leque de categorias analíticas situadas no campo da “tradição crítica”.

Por sua vez, o livro da Editora do Brasil não apresenta um capítulo específico sobre “movimentos sociais”, mas uma definição do termo aparece ao final do livro dentro de um tópico intitulado “Conceitos Sociológicos”.

“Movimentos sociais são mobilizações coletivas, organizadas e contínuas que se estruturam em torno de demandas por mudança de algum aspecto da estrutura social. São associações de pessoas e entidades com interesses comuns, com o propósito de defender ou promover objetivos específicos perante a sociedade. Vinculados à luta por direitos sociais, direitos políticos ou direitos civis, os movimentos sociais podem ser de reforma, revolucionários ou de resistência” (Bomeny, p. 373)

Ao optar por não desenvolver um capítulo sobre a temática dos movimentos sociais, esse livro acaba que por seguir uma linha de abordagem que toma os conceitos de cidadania, democracia e participação política como eixos estruturantes. Assim, apresenta os exemplos de “manifestantes que protestam contra o aumento de tarifa no transporte público” ou mesmo “Parada Gay”. Nesses casos não há qualquer menção aos movimentos sociais, mas sim ao sentido atribuído por Marshall aos direitos. Enfatizando a democracia representativa, a obra destaca o direito ao voto como elemento de mudança. Dentro de uma abordagem mais histórica do que sociológica, as autoras usam o termo Regime Militar brasileiro para contextualizar o período do Movimento pela “Anistia” ou das “Diretas Já”, mas sem qualquer menção ao contexto latino-americano. Não há nenhum esforço de abordar questões importantes do campo acadêmico, ou mesmo citar referenciais teóricos. Uma obra concentrada muito mais em questões do ENEM, do que em desenvolver a “desnaturalização” ou mesmo a “imaginação sociológica”.

Do ponto de vista da análise comparativa realizada por esse trabalho, apenas as obras didáticas que aparecem no quadro seis (6) foram consideradas adequadas para trabalhar com a temática dos movimentos sociais. Certamente, as construções didáticas e pedagógicas a serem organizadas pelos docentes da Educação Básica, podem ser potencializadas se combinarem os pontos positivos de cada uma das obras em questão, no sentido de que consigam desenvolver atividades de sala de aula mais embasadas com os estudantes.

5.1 Estrutura de sequência didática para trabalhar a temática dos movimentos sociais com os estudantes

Tendo em vista a proposta de desenvolver uma sequência didática que seja adequada para trabalhar com a temática dos movimentos sociais, cabe elencar pontos fundamentais para que a abordagem seja, teórica e metodologicamente, realizada de modo fundamentado.

Assim, o presente trabalho elencou um conjunto de recomendações, visando qualificar a atividade de planejamento docente, em se tratando da abordagem da temática de movimentos sociais dentro de uma sequência didática:

1. Escolher exemplos de “movimentos sociais”, preferencialmente que tenham uma relação com a realidade da comunidade escolar e/ou que estejam no centro dos debates locais, regionais, nacionais e transnacionais.
2. Reconhecer os principais debates relacionados com o campo acadêmico e os principais paradigmas;
3. Destacar o uso de referenciais teóricos e categorias analíticas, considerando as especificidades relacionadas com as realidades latino-americana e brasileira.
4. Definir características dos “movimentos sociais” e dos “movimentos populares” (identidade coletiva forjada na luta, por experiências comuns de exclusão e solidariedade), sempre considerando aspectos da nossa história, especialmente a partir do período inaugurado pelo processo de redemocratização;
5. Considerar aspectos presentes nos documentos oficiais, em se tratando da contribuição sociológica para a temática em questão: conceitos e categorias relacionados, além da possibilidade de realizar pesquisas (inclusive explorando os recursos de pesquisa empírica, além da remota/online)
6. Identificar as características fundamentais: relação com Estado e a sociedade civil; o sentido de mudança social; identidade, projeto político, luta classista; estratégias, táticas, ideologia e formas de luta; cidadania; justiça social; novos movimentos sociais; redes de movimento.

Considerando as proposições de Gohn (2011), os movimentos sociais teriam as seguintes características: a) ações sociopolíticas mobilizadas por atores sociais coletivos; b) mobilizadas por conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade; c) criando experiências comuns, no sentido da construção de uma identidade coletiva, capaz de fortalecer o princípio da solidariedade; d) organizando a luta política para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política; e) como luta histórica de grupos e seus projetos políticos de natureza progressista, conservadora ou reacionária.

Tomando como referência a proposta metodológica da referida autora, a sequência didática desenvolvida pelo presente trabalho foi construída a partir das seguintes categorias analíticas:

- *ação coletiva* (projeto sociopolítico, identidade e opositores), identificando a natureza predominante (progressista, conservadora ou reacionária);
- *princípio articulatório interno* (bases, liderança, assessorias) e *externo* (redes de movimentos sociais)
- *práticas sociais* (reuniões, assembleias, congressos, greves, acampamentos, ocupações etc.)

A tabela abaixo representa um modelo que pode ser aplicado pelo docente e, porventura readequado, no sentido de estudar a temática dos movimentos sociais e populares com estudantes da Educação Básica. E como já foi explicitado no capítulo anterior, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) representa o exemplo de movimento social escolhido pelo presente trabalho para ilustrar a proposta de sequência didática. Mas não significa excluir outras possibilidades, até porque o modelo permite que se analise uma gama maior de casos, de acordo com as proposta e escolhas feitas pelo docente, sempre de forma combinada com os estudantes e levando em consideração o contexto em que se insere a comunidade escolar.

Tabela 7. Análise de movimentos sociais em sequências didáticas da Educação Básica

| | |
|--|--|
| Movimento Social (endereço do site) | Movimento dos Atingidos por Barragens (https://mab.org.br/) |
| Contexto de surgimento | Fim da ditadura militar, processo de redemocratização do Brasil e reorganização das lutas populares. |

| | |
|--|--|
| Lutas históricas | Água e energia como direitos do povo e combate à construção de barragens e soberania nacional. |
| Projeto sociopolítico | Progressista. Defesa de um Projeto Energético Popular para o Brasil e o fim do sistema capitalista por meio da Revolução Brasileira. |
| Identidade | Princípios e valores pautados na pedagogia do exemplo e a solidariedade entre os povos. |
| Opositores | As grandes empresas e a política conservadora neoliberal colonialista, machista e racista. |
| Princípio interno articulatório | Organização coletiva e democrática. |
| Princípio externo articulatório | Alianças estratégicas com o campo popular como um todo: MST, MPA, Levante Popular da Juventude e outros. Alianças táticas de acordo com a conjuntura política. |
| Práticas sociais e formas de luta | Reuniões, assembleias, congressos, greves, acampamentos, ocupações de terra, encontros nacionais de mulheres, manifestações de rua, produção audiovisual sobre o Movimento e inclusive se mobiliza juridicamente para denunciar os crimes contra os atingidos e atingidas por barragens, entre outros crimes ambientais. |

Fonte: Elaboração da autora.

5.2 Plano de Aula

Disciplina: Sociologia

Público-alvo: 3º ano do Ensino Médio

Duração: 4 tempos de aula (o documentário aproximadamente 1h40min de duração)

Tema da Unidade: Movimentos sociais e luta por direitos.

Conteúdos: Conquistas de Direitos e Movimentos sociais e populares no Brasil.

Objetivos Gerais: Compreender os movimentos sociais, dentro do contexto brasileiro, destacando a luta por democracia e conquista de direitos sociais.

Objetivos específicos: Identificar as principais estratégias e formas de luta dos movimentos sociais, reconhecendo a legitimidade de suas demandas.

Estratégias e Procedimentos:

- Iniciar a aula com conceito de democracia e estado democrático de direito, contextualizando o fim da ditadura militar no Brasil;
- Seguir delineando os conceitos de coletividade e movimento social, compreendendo seu papel no período da redemocratização do país;
- Panorama geral da criação dos movimentos sociais no período pós ditadura e sua atuação na reorganização da sociedade civil, bem como seu papel na conquista de direitos sociais;
- Os direitos como conquistas, como frutos de pressões sociais e dentro de uma sociedade em disputa;
- No intuito de qualificar e visualizar o debate em torno da ação dos movimentos sociais, propor uma atividade que consiste em assistir ao documentário “Arpilleras – Bordando a Resistência” (de preferência na sua integralidade) fazendo o exercício de identificar os conceitos e métodos do MAB e articulá-los;
- A atividade em si consiste em identificar e perceber cenas do referido filme que se relacionam com estas 3 categorias e como elas dialogam entre si e mostram a dinâmica do Movimento aqui descrito e estudado.
- Os educandos devem anotar estes momentos ao longo do filme e, posteriormente, cada um expõe seus pontos para que seja realizado um debate em torno das percepções acerca do documentário e os ensinamentos e potencialidades enquanto uma mídia produzida por movimento social e a luta concreta contra as barragens e suas consequências para a população.
- Paralelamente indicar a pesquisa de matérias ou notícias que retratam o movimento social de forma negativa, diferente da forma que ele é abordado no

filme visto. E realizar um levantamento de possíveis motivos para a diferença de abordagem;

- Compreender a disputa em torno das narrativas e memórias coletivas, e o poder que a mídia exerce sobre a população, nesse caso, fomentando a criminalização dos movimentos sociais e populares;

Recursos Didáticos Necessários: Quadro branco, projetor e computador.

Figura 3 - Cartaz de divulgação do documentário “Arpilleras” (publicado no site do MAB)



Fonte: Site do MAB.

Ademais, a título de sugestão, pode ser usada também para alimentar a discussão a canção inspirada na luta das atingidas e atingidos por barragem, lançada no ano de 2016 pelos grupos Falamansa e Gabriel, o Pensador, a música “Cacimba de Mágoa”, da qual destaca-se o trecho:

“

...

Conhecem os bichos e plantas e como o galo que canta
 Levantam todos os dias com energia e com a cabeça erguida
 Mas vem a lama e o descaso, sem cerimônia
 Envenenando o futuro e o presente

Como se faz desde sempre na Amazônia
 Nas nossas praias e rios impunemente

Mas o veneno e o atraso, disfarçado de progresso
 Que apodrece a nossa fonte e a nossa foz
 Não nos faz tirar os olhos do horizonte
 Nem polui a esperança que nasce dentro de nós
 ...”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de que a educação está em disputa é um pressuposto que o presente trabalho pretendeu salientar. Não há neutralidade no ensino de sociologia, assim como em nenhuma outra disciplina, tendo em vista que a realidade em que vivemos não é neutra: “É uma ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e de técnicas neutros para uma ação que se dá em uma realidade que não é neutra.” (FREIRE, 2011, página 58).

Este é um trecho de “Ação Cultura para Liberdade e outros escritos”, obra em que Paulo Freire escreve sobre vários temas em relação à educação popular e alfabetização de trabalhadores rurais. Nesta obra fica muito explícita a importância, de acordo com Freire, dos educadores se posicionarem diante da realidade em que vivemos:

“Silenciar sua opção, escondê-la no emaranhado de suas técnicas ou disfarçá-la com a proclamação de sua neutralidade não significa na verdade ser neutro, mas, ao contrário, trabalhar pela preservação do status quo.” (FREIRE, 2011, página 57)

Assim sendo, acredito que seja um dos mais importantes objetivos dos educadores de sociologia, contribuir para a percepção dos educandos de que a realidade social é transformável, que somos todas e todos sujeitos de transformação social.

“É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo

intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se; que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade.”

O presente trabalho procurou aprofundar o tema dos movimentos sociais em planejamentos pedagógicos de docentes da Educação Básica, para além de um olhar do senso comum. Portanto, a proposta construída para fins didático-pedagógicos buscou dialogar com conceitos e categorias apontados no campo acadêmico, reconhecendo a existência de matrizes teóricas em disputa. Todavia indicando caminhos possíveis para o planejamento de aulas e atividades.

Dentre os caminhos possíveis, cabe indicar a importância da abordagem latino-americana, como uma referência teórica consistente para compreender a complexidade de nossa realidade histórica, social, cultural, política e econômica. Recuperar esse ponto de partida significa abrir espaço para problematizar algumas visões socialmente construídas, em geral distorcidas e preconceituosas, sobre sua atuação dos movimentos sociais e populares na realidade social brasileira.

Nessa linha de argumentação, a escolha e a produção de materiais didático-pedagógicos devem levar em conta a necessidade de se desconstruir o processo de criminalização dos movimentos sociais. Inclusive tal perspectiva permitiria trilhar o caminho inverso: no sentido de ressaltar a importância desses grupos no encaminhamento de demandas populares.

Importante citar a necessidade de maior aprofundamento sobre a contribuição dos movimentos sociais na construção de uma educação popular, transformadora e emancipadora. Além da própria metodologia de uso das mídias sociais e da tecnologia como estratégia de resistência popular e consequente fortalecimento da democracia no Brasil.

Ademais, os últimos períodos foram marcados por muitos retrocessos não só no campo da educação pública, mas de forma geral no acesso a direitos pela população. Juntamente com a situação de pandemia da covid-19, resultando num contexto de adoecimento físico e mental da população e principalmente da população negra e pobre, majoritariamente.

Ainda assim, espero que este trabalho contribua para o fazer docente da sociologia. E acredito que o presente tema possui diversas potencialidades e muito ainda a ser aprofundado pelo viés dos movimentos sociais e da educação popular.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018.

CORBO, Ana Maria, ROSSATO, Alexania; NESPOLI, Grasiela. **Educação popular, direitos e participação social: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragens**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti. A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, n.º 21, 1º sem. p. 41-53, 2018. Disponível em: <<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740/1248>>. Acesso em 29 jan 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2011.

GOODSON, Ivor. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, [s.d.]. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 29 nov. 2020

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, [s.d.]. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>. Acesso em: 29 nov. 2020

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

SANTORO, Marco *et al.* (org.). **O novo velho Colégio Pedro II. História do Colégio Pedro II** - Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório.** Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro / CEV-Rio, 2015.

Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande SP, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento.** São Paulo: Moderna, 2016.

SOARES, Jefferson da Costa. Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942). **Dossiê História do Ensino de Sociologia.** Volume 4, número 3, p.76-95, dez. 2015

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. **A mídia e sua relação com os movimentos sociais pelo direito à terra: “criminalização e estrutura de poder”.** Paraná: Appris, 2018.